



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Raimunda Marlir de Almeida Barros

Orientadora Profa. Dra. Edileuza Fernandes da Silva

Tutora-orientadora Profa. Dra. Maria Susley Pereira

Brasília (DF), dezembro de 2015

Raimunda Marlir de Almeida Barros

A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar, sob a orientação da Professora Doutora Edileuza Fernandes da Silva e a tutoria da Professora Doutora Maria Susley Pereira.

TERMO DE APROVAÇÃO

Raimunda Marlir de Almeida Barros

A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Maria Emília Gonzaga de Souza – FE/UnB
Examinador (a) externo (a)

Profa. Dra. Edileuza Fernandes da Silva – FE/UNB
(Professora-orientadora)

Profa. Dra. Maria Susley Pereira – SEEDF
(Tutora-orientadora)

Brasília, 19 de dezembro de 2015.

Dedico este trabalho à minha família, em especial às minhas irmãs, pela paciência e pela colaboração nos momentos mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela oportunidade de compor o quadro de servidores da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

À Instituição onde atuo, por possibilitar a inserção neste curso tão valioso para o meu desenvolvimento profissional.

A todos os pais, professores e alunos da Escola Cervo, pela contribuição.

Às professoras orientadoras Edileuza Fernandes e Maria Susley, pelo direcionamento e pela atenção necessária para a realização deste trabalho.

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”.

PAULO FREIRE

RESUMO

A Avaliação Institucional é uma prática relevante para o âmbito escolar, pois por meio dela a instituição pode rever e aperfeiçoar as práticas realizadas. Para que seja mais eficaz, a autoavaliação deve acontecer com a participação dos pais e de outros envolvidos no processo escolar. Desse modo, este estudo, realizado na Escola Cervo (nome fictício), utilizou a pesquisa de campo, em uma abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar como tem ocorrido a participação dos pais no processo de avaliação institucional da referida escola. Foi utilizada a análise documental e a aplicação de questionários a pais, alunos, professores e membros do Conselho Escolar, com o fito de esclarecer como acontece esse processo avaliativo na escola. Para a realização desta pesquisa, foram citados como referência os autores Sordi e Souza; Freitas et. al; Veiga; Moraes; além de documentos da SEEDF, valiosos no direcionamento do estudo, como, as Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala; o Regimento Escolar da SEEDF; e a Lei de Gestão Democrática, por propiciarem uma reflexão a respeito da temática e contribuírem na elucidação dos dados investigados. Assim, o estudo possibilitou detectar o conhecimento limitado e a ausência dos pais na realização da avaliação institucional, bem como demonstrou que uma gestão participativa ocorre quando estes estão inseridos no desenvolvimento das atividades da escola.

Palavras-chave: Avaliação Institucional, Pais, Participação.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Levantamento a respeito de horários de reuniões de pais compatíveis com a rotina da comunidade	28
Figura 2: Levantamento a respeito da participação da avaliação institucional	29
Figura 3: Levantamento a respeito da convocação, com antecedência, de pais/responsáveis para a Avaliação Institucional	30
Figura 4: Levantamento a respeito da comunicação aos pais acerca da importância da Avaliação Institucional	31
Figura 5: Levantamento a respeito da ocorrência de debates e discussões acerca da avaliação institucional na escola	32
Figura 6: Levantamento a respeito de a escola procurar conhecer o que pensam os pais e responsáveis acerca da instituição	33
Figura 7: Levantamento a respeito do envolvimento de pais/responsáveis na tomada de decisões que afetam a unidade escolar	33
Figura 8: Levantamento a respeito da informação à comunidade acerca dos projetos em andamento na escola	34
Figura 9: Levantamento a respeito da participação dos pais/responsáveis no Conselho de Classe da escola	35
Figura 10: Levantamento a respeito do conhecimento de pais/responsáveis acerca dos resultados da avaliação institucional	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA.....	Avaliação Nacional de Alfabetização
ANEB.....	Avaliação Nacional de Rendimento Escolar
PPP.....	Projeto Político-Pedagógico
SAEB.....	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEEDF.....	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
UNICEUB.....	Centro Universitário de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. OBJETIVOS	12
1.1 OBJETIVO GERAL	12
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1. Avaliação Institucional: novas perspectivas.....	13
2.2. Gestão democrática e Conselho Escolar.....	17
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	21
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICE A.....	40
APÊNDICE B.....	41
APÊNDICE C.....	42

INTRODUÇÃO

Sou graduada em Letras Português pelo Centro Universitário de Brasília – UNICEUB. Ingressei na SEEDF em 2009, atuando como contrato temporário até 2012. Desses três anos, trabalhei dois, tendo em vista o intervalo de tempo entre uma convocação e outra e o pouco tempo em cada instituição, devido ao período estipulado em cada contrato. Devido a isso, nunca tive a oportunidade de exercer um trabalho contínuo nas escolas trabalhadas. Em 2013, tornei-me efetiva na escola onde atuo: Escola Cervo, cujo nome é fictício.

Este trabalho discute a inserção dos pais no âmbito escolar por meio da Avaliação Institucional. Ele é relevante para mostrar que a presença dos pais no cotidiano escolar pode propiciar melhorias no processo de ensino-aprendizagem dos discentes, porque isso está em consonância com o documento Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala:

Incluir as famílias no processo avaliativo amplia as possibilidades de compreensão dos percursos vivenciados pelos estudantes e, conseqüentemente, de suas aprendizagens, uma vez que a participação desse segmento é importante e sedimenta a relação dialógica entre família e escola. (DISTRITO FEDERAL, 2014-2016, p. 33).

Diante dessa declaração, percebe-se a necessidade de os pais acompanharem a aprendizagem dos discentes, com o fito de se alcançar êxito nos resultados esperados. Tendo em vista essa reflexão, resolvi apresentar como problema de pesquisa o seguinte questionamento: “De que maneira tem ocorrido a participação dos pais no processo de Avaliação Institucional da Escola Cervo”?

O trabalho está estruturado da seguinte forma:

O primeiro capítulo aborda o referencial teórico, no qual se apresentam os conceitos de avaliação institucional e as novas perspectivas de realização, com foco na gestão democrática, tendo o Conselho Escolar como subsídio para a implementação do processo de avaliação institucional participativa na escola.

O segundo capítulo demonstra a metodologia da pesquisa, que consiste no detalhamento das ações desenvolvidas no trabalho, tais como: o tipo de abordagem, o contexto da escola, os sujeitos, os instrumentos e os procedimentos utilizados na coleta e na análise dos dados.

O terceiro capítulo apresenta a análise dos dados investigados por meio de questionário e documentos necessários à elucidação da problemática apontada.

Por último, as considerações finais propiciam um panorama geral da realização do trabalho, recuperando os objetivos da pesquisa e as suas contribuições para a Avaliação Institucional.

Assim, delimitaram-se os seguintes objetivos:

1 OBJETIVOS

1.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar como tem ocorrido a participação dos pais no processo de Avaliação institucional da Escola Cervo.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar os procedimentos utilizados pela instituição para aproximar os pais do processo de Avaliação Institucional;
- Compreender as percepções do Conselho Escolar a respeito da participação dos pais no processo de Avaliação Institucional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Avaliação Institucional: novas perspectivas

Avaliação é o procedimento que possibilita a apreciação de resultados, com vistas ao alcance de melhorias. “Representa oportunidade ímpar de tomada de consciência sobre uma dada realidade, com o propósito de sobre esta exercer ações de intervenção.” (SORDI; SOUZA, 2009, p. 103).

Na educação, o ato de avaliar ocorre em três níveis distintos que se relacionam e se imbricam: a avaliação para a aprendizagem em sala de aula, a Avaliação Institucional e a avaliação de redes de ensino em larga escala.

Sendo assim, não se pode confundir avaliação com mensuração de produtividade apenas de forma interna. Segundo Sordi e Souza (2009, p. 84), “a escola é espaço de produção de conhecimento dos alunos, dos professores e da própria escola sobre si e sobre o mundo, e a sociedade em que estão inseridos”.

Nota-se, no entanto, que há maior atenção à avaliação para a aprendizagem em sala de aula e discutem-se pouco os outros níveis. Como afirmam Freitas et al. :

Embora a avaliação da aprendizagem em sala de aula seja o lado mais conhecido da avaliação educacional, esta não pode ser tomada como o único nível existente de avaliação. A desarticulação ou o desconhecimento da existência dos demais níveis e a desconsideração da semelhança entre suas lógicas e suas formas de manifestação acabam por dificultar a superação dos problemas atribuídos à avaliação da aprendizagem. (2014, p. 9).

Da mesma forma, de acordo com Sordi e Souza:

O discurso da avaliação perde potência quando os sujeitos da relação desconhecem a natureza multifacetada deste fenômeno e tendem a valorizar resultados obtidos em circunstâncias pontuais, desconsiderando processos em que se ancoram. (2009, p. 14).

A partir desses conceitos, ressalta-se, portanto, a relevância do conhecimento dos três níveis avaliativos e a interação entre eles para o alcance de bons resultados na aprendizagem. Deve-se, então, pensar na avaliação não apenas como sinalizadora do ensino-aprendizado dentro de sala, mas também ter um olhar para as avaliações além da sala de aula, pois segundo Freitas et al. :

A avaliação do ensino-aprendizagem em sala de aula tem como seu contraponto dialético a avaliação global da escola, a avaliação institucional. As relações entre estes dois níveis de avaliação são muito ricas e permitem

criar um novo entendimento sobre a publicização de ensino do professor – a avaliação do professor sob a liderança do coletivo da escola, fugindo ao entendimento corrente da mera “responsabilização” do professor e da escola por avaliação externa. Igualmente, permite que nos afastemos do entendimento de que a atuação do professor é algo secreto, velado e restrito aos domínios da própria sala de aula. (2014, p. 13).

Também nesse sentido, as Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala afirmam que:

A avaliação institucional analisa, retoma, reorganiza os processos utilizados na avaliação para as aprendizagens. Procura instruir e melhorar as concepções e práticas que se materializam na avaliação que ocorreu no cotidiano da sala de aula. Traz para o espaço da coordenação pedagógica e do conselho de classe dados emanados nos exames externos. (DISTRITO FEDERAL, 2014-2016, p. 56).

Diante dessas percepções, é possível perceber que os três níveis avaliativos coexistem e auxiliam na melhoria do ensino-aprendizagem, propiciando a construção de uma educação de qualidade.

As avaliações de sistema ou de rede, segundo Sordi e Souza (2009, p. 148), “começaram a ser aplicadas na década de 1990, no ensino superior, mas hoje já são comuns na Educação Básica, com iniciativas no âmbito municipal, estadual, nacional e também internacional”.

De acordo com Freitas et al. :

A avaliação em larga escala, do tipo Saeb, é um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas. (2014, p. 47).

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é composto por três avaliações externas em larga escala: a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil) e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Segundo o Saeb (BRASIL, 2011, p. 1), a ANEB destina-se a estudantes do 5º e do 9º do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio; a Prova Brasil, para os estudantes dos 5º e dos 9º anos; e a ANA, para os estudantes do 3º ano do ensino fundamental.

Os resultados dessas avaliações auxiliam as instituições escolares nos processos decisórios e possibilitam melhorias na qualidade do ensino, uma vez que proporcionam embasamento para a implantação de políticas públicas voltadas para o âmbito educacional. Desse modo, poder-se-ão alcançar avanços significativos no ensino-aprendizagem, além da transformação social e educacional dos discentes.

A tomada de decisão acerca do processo avaliativo deve acontecer de forma coletiva, democrática e participativa, por meio da utilização do espaço da avaliação institucional, com o intuito de se refletir a respeito das práticas adotadas, para que possa haver a reconstrução do trabalho realizado.

A Avaliação Institucional é um instrumento promovedor de articulação e discussão das avaliações realizadas pelos professores em sala de aula, e de outros fatores relacionados ao processo de ensino-aprendizagem dos discentes e de toda a escola.

Para Sordi e Souza:

A Avaliação Institucional é um processo intencional da escola no sentido de aprender sobre si mesma e, assim, poder planejar e analisar constantemente. Avaliar implica também não se contentar com aquilo que salta aos olhos numa primeira vista, mas tentar descobrir os outros inúmeros aspectos que estão correlacionados com o fenômeno em foco, para que as ações deixem de ser meras reproduções e ganhem alcance transformador. (2009, p. 76).

Dessa forma, vê-se no Projeto Político-Pedagógico um instrumento que auxilia a avaliação da escola e uma ferramenta para a transformação do ambiente escolar, tendo em vista ser, conforme Freitas et al. (2014, p. 40), “uma proposta de trabalho da escola elaborada coletivamente que orienta (e responsabiliza) a ação dos seus atores, bem como formaliza demandas ao poder público e cria as condições de trabalho adequadas na escola”.

Veiga enfatiza que:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico no sentido de definir ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (2002, p. 1).

O PPP amplia a visão da escola a respeito da realidade que a envolve e de como trabalhar com essa realidade para formar cidadãos críticos-reflexivos. Por conseguinte, o processo avaliativo deve observar as várias formas de se avaliar e os diversos níveis de avaliações existentes no âmbito educacional, para se alcançar

êxito nas atividades desenvolvidas e no ensino-aprendizagem dos discentes, com foco na emancipação social.

Do mesmo modo, Freitas et al. reafirmam que a Avaliação Institucional:

Tem como foco o Projeto Político-Pedagógico da escola e pode ser uma potente mediadora entre a avaliação de larga escala das redes de ensino e a avaliação de sala de aula feita pelo professor, ou seja, é o ponto de encontro entre os dados provenientes tanto da avaliação dos alunos feita pelo professor, como da avaliação dos alunos feita pelo sistema. (2014, p. 20- 45).

Essa mediação feita pela avaliação institucional é conferida pelas avaliações externas em larga escala por meio de indicadores capazes de verificar a qualidade da educação e a eficácia da aplicação da avaliação da escola.

Essa intervenção deve ocorrer de forma democrática, por meio da participação de professores, alunos e comunidade escolar, buscando a efetivação das ações planejadas. Como afirma Sobrinho (2003 apud Moraes, 2008):

Quanto mais ampla, qualificada e intensa for a participação dos membros da comunidade educativa, mediada sempre por processo de negociação, maior será a possibilidade de a avaliação constituir-se instrumento para a transformação qualitativa. (p. 65).

Essa avaliação deve ocorrer e se organizar, segundo as Diretrizes de Avaliação Educacional, aprendizagem, institucional e em larga escala:

Durante todo o ano letivo, como nos dias de avaliação pedagógica previstas em calendário escolar, coordenações coletivas, conselhos de classe, reuniões com a família, assembleia escolar e diversas outras reuniões. (DISTRITO FEDERAL, 2014-2016, p. 59).

A instituição pode realizar a autoavaliação escolar no momento mais oportuno para alcançar um número significativo de participantes (gestores, professores, famílias e demais profissionais da educação), sobretudo, o segmento “família”, e assim, reduzir a justificativa da não participação da comunidade devido à incompatibilidade de horários.

Assim, essa flexibilidade proporcionará aumento da presença dos pais na reunião. Conforme as Diretrizes de Avaliação Educacional, aprendizagem, institucional e em larga escala (DISTRITO FEDERAL, 2014-2016, p. 59): “a autoavaliação deve propiciar momentos de discussão e reflexão coletiva”, que devem acontecer antes, durante e após a autoavaliação. Dessa maneira, a escola

garantirá a participação e o engajamento de toda a comunidade na organização do trabalho escolar.

Por conseguinte, observa-se a implantação da gestão democrática pela Lei 4.751/12 a qual deve ser um princípio norteador de toda instituição escolar, pois, como afirma Veiga (2002, p. 2), “A escola não tem mais possibilidade de ser dirigida de cima para baixo e na ótica do poder centralizador. A luta da escola é pela descentralização em busca de sua autonomia e qualidade”.

Isso acontecerá, ainda conforme a autora (2002, p. 8), “quando se instalarem mecanismos institucionais visando à participação política de todos os envolvidos no processo educativo da escola, como, por exemplo, a existência de colegiados com representação de alunos, pais e associações de pais e professores”. Essa iniciativa propiciará melhoria contínua na organização do trabalho pedagógico da escola.

2.2 Gestão democrática e Conselho Escolar

A gestão democrática é uma forma de organização do trabalho voltada para práticas que possibilitam poder de voz aos membros da instituição e autonomia nas atividades desenvolvidas. Nesse sentido, Moraes salienta que:

A teoria da democracia como participação (ou democracia participativa) - que repele práticas elitistas e autoritárias – utiliza como métodos para sua construção, além da participação propriamente dita, a discussão e o diálogo, conceitos sem os quais ela deixa de existir. Já a democracia na gestão da escola é vista como uma possibilidade de se privilegiar óticas nos processos decisórios, o que – além de valorizar a atuação dos diversos segmentos, ampliando a visão crítica e o exercício da participação – torna as decisões mais consistentes. (2008, p. 51).

Essa nova maneira de gerir as atividades escolares, baseadas no saber ouvir e refletir em coletivo, propiciará benefícios para a instituição, como troca de conhecimentos e aquisição de novas propostas para aperfeiçoar o desenvolvimento do trabalho escolar.

De acordo com a Lei de Gestão Democrática - Lei 4.751/12, Art. 9º:

A Gestão Democrática será efetivada por intermédio dos seguintes mecanismos de participação, a ser regulamentado pelo executivo:

I – Órgãos colegiados:

- a) Conferência Distrital de Educação;
- b) Fórum Distrital de Educação;
- c) Conselho de Educação do Distrito Federal;
- d) Assembleia Geral Escolar;
- e) Conselho Escolar;

- f) Conselho de Classe;
 - g) Grêmios Estudantis;
- II Direção da unidade escolar (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 4)

Entre os órgãos citados, o Conselho Escolar será de grande relevância para o alcance de melhorias no processo educacional, tendo em vista ser um órgão colegiado, composto por diversos segmentos da comunidade escolar, como: administrativo, financeiro e pedagógico. É responsável pela tomada de decisões em prol da instituição e tem a incumbência de analisar os problemas e as potencialidades da escola, bem como sugerir alternativas para o aperfeiçoamento do trabalho escolar. (SORDI; SOUZA, 2009, p. 81).

De acordo com a Lei de Gestão Democrática, Lei 4.751, de 07 de fevereiro de 2012, em cada instituição pública do Distrito Federal deve funcionar um Conselho Escolar com representantes da comunidade escolar, os quais atuarão coletivamente no desenvolvimento das atividades da escola, buscando a dinamização do trabalho de forma coletiva, com a intenção de se construir um Projeto Político-Pedagógico - PPP da Escola com a participação dos diversos atores da comunidade escolar e a implantação da gestão democrática na escola.

A participação da comunidade escolar no desenvolvimento das atividades escolares propicia avanços na qualidade do ensino, uma vez que a construção de novas ideias, realizadas de forma coletiva, tende a ser mais eficaz e produtiva, pois, ao haver o envolvimento de diversos atores, principalmente dos pais e responsáveis pelos alunos, as ações em benefício da instituição concretizam-se mais facilmente.

O conselho escolar promove a construção da gestão democrática no âmbito escolar e, por conseguinte, melhorias na educação. Conforme afirmam Sordi e Souza (2009, p. 82), “a participação nele é processo de aprendizagem sobre a construção da autonomia, da democracia e da cidadania”.

O exercício de atos cidadãos é um dos princípios que regem a Gestão Democrática elencado no Regimento Escolar da SEEDF, o qual menciona no Art. 5º, Inciso I, que haverá participação da comunidade escolar na definição, na implementação e no acompanhamento de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras por meio de órgãos colegiados. Assim reafirma-se a relevância da presença desse órgão na Avaliação Institucional, devido à sua significativa contribuição nos processos decisórios.

De acordo com o referido Regimento, cabe ao Conselho Escolar:

III - garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político-Pedagógico – PPP da unidade escolar;

IX – Participar, periodicamente, da avaliação da unidade escolar nos aspectos técnico, administrativo e pedagógico, considerando, inclusive os indicadores escolares de rendimento;

XIII – Debater indicadores escolares de rendimento, evasão e repetência e propor estratégias que assegurem aprendizagem significativa para todos os estudantes. (DISTRITO FEDERAL, 2015, p. 22-23).

Diante do exposto, observa-se que esse órgão tem funções fundamentais para propiciar o bom desempenho das instituições escolares e, em vista disso, as escolas devem buscar esse Conselho para ele participar da Avaliação Institucional, por estar incumbido de várias atribuições pertinentes ao processo avaliativo e poder contribuir para melhorias na qualidade do ensino público.

Os integrantes do Conselho, sobretudo os pais, devem participar ativamente do processo avaliativo da escola e, conforme Sordi e Souza (2009, p. 85), “precisam se manter atentos e articulados para dar sustentabilidade ao projeto escolar e sobre ele atuarem, inclusive, proativamente.” As autoras (2009, p. 166) ainda mencionam que “essa participação não deve ser apenas aquela que leva à execução de tarefas, mas principalmente aquela que permita a tomada de decisões”. Para elas:

Justamente pelo significado da escolarização dos filhos, o envolvimento dos pais nessa construção pode significar, por pertencimento, apoiar as ações da escola e conseguir – por que não? – Conquistas importantes para todos. Famílias não devem ser apenas expectadoras e reprodutoras do cenário da escola, mas, sobretudo, devem ser interlocutoras na busca de apoio junto à comunidade escolar. (SORDI; SOUZA, 2009, p. 181).

Assim, o envolvimento efetivo dos pais e da comunidade escolar ocorre quando a escola os reconhece e os insere nos trabalhos desenvolvidos na instituição, dando poder de voz e de iniciativa às propostas apresentadas.

Para Moraes (2008, p. 60), “a participação dos pais e demais sujeitos participantes do processo de avaliação da escola deve fazer-se pautada numa conscientização, preferencialmente, oferecida pela própria organização”.

Para Sordi e Souza (2008, p. 183), “a escola precisa criar planos de ação, levando em conta a realidade de seu entorno e as necessidades de sua comunidade para que esta se aproxime”. As autoras sugerem que:

A instituição defina reuniões em horários compatíveis com os participantes dos diversos segmentos da comunidade escolar, lembrando que os horários

mais adequados aos profissionais da escola, geralmente não o são para os familiares. (SORDI; SOUZA, 2008, p. 165).

Quando a escola olha de forma diferenciada para a comunidade na qual está inserida, proporcionando meios que facilitem o ingresso nas reuniões e nos eventos escolares, como a compatibilização de horários, observar-se-á presença significativa das famílias, uma vez que elas terão disponibilidade de tempo para participarem e debaterem questões relativas ao processo educacional, para promover melhorias na qualidade do ensino.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Objetiva-se, neste capítulo, demonstrar de forma detalhada, as ações desenvolvidas no método do trabalho de pesquisa, como a abordagem, os sujeitos, o cenário e os instrumentos utilizados na realização da pesquisa, com o intuito de esclarecer todo o procedimento adotado e possibilitar a clareza e a percepção do objeto de pesquisa.

A pesquisa consiste em um conjunto de atividades orientadas para a busca sistemática e rigorosa de informações a respeito de determinado conhecimento. Dessa maneira, pretendeu-se encontrar uma resposta fundamentada à indagação: De que maneira tem ocorrido a participação dos pais no processo de Avaliação Institucional da escola Cervo?

Para a obtenção da resposta a essa pergunta, fez-se necessária a utilização do conhecimento científico que, segundo Marcone e Lakatos:

É um conhecimento real, pois lida com fatos, é contingente, uma vez que suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida através da experiência e não apenas pela razão. É sistemático, já que se trata de um saber ordenado logicamente, formando um sistema de ideias (teoria) e não conhecimento disperso e desconexo. Possui característica da verificabilidade, a tal ponto que as afirmações (hipóteses) que não podem ser comprovadas não pertencem ao âmbito da ciência. Constitui em um conhecimento falível, em virtude de não ser definitivo, absoluto ou final, e por este motivo, é aproximadamente exato: novas proposições e o desenvolvimento de técnicas podem reformular o acervo de teoria existente. (2003, p. 80).

As respostas foram embasadas no conhecimento científico, por ser real, sistemático, verificável e falível, em documentos norteadores do desenvolvimento das atividades escolares, como o PPP da escola, que é elaborado com base nas Diretrizes de Avaliação Educacional Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala (DISTRITO FEDERAL, 2014-2016) e outros documentos disponibilizados pela SEEDF, e não apenas no senso comum.

Existem dois tipos de abordagem da pesquisa: a quantitativa e a qualitativa. Enquanto naquela há objetividade, o pesquisador é neutro e distante do objeto de pesquisa; nesta, há subjetividade e o pesquisador conhece o espaço de pesquisa e o objeto pesquisado.

Utilizou-se, neste trabalho, a abordagem qualitativa, que, segundo Ludke, André (1986 apud GARNICA, 1997, p. 3), consiste em uma pesquisa centrada no ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal

instrumento, dando-se atenção maior ao processo. Observou-se, então, o desenvolvimento do trabalho baseado na qualidade, pois nessa abordagem, há interação entre o pesquisador e a realidade a ser observada, o que possibilita uma investigação sem neutralidade e a melhor compreensão do objeto de pesquisa. Assim, o pesquisador dará um significado maior em relação à percepção que os sujeitos da pesquisa têm quanto à avaliação institucional e à participação dos pais nesse processo.

A instituição de ensino escolhida para esta pesquisa foi a Escola Cervo, criada em 2013, devido ao aumento da demanda de Ensino Fundamental nos anos finais no Paranoá e no Itapoã, no DF. Desde 2013, estabeleceu-se como escola de transição, atendendo apenas ao 6º ano do Ensino Fundamental, anos finais, mas, em 2015, houve a implementação do 7º ano. Possui 10 salas de aula, com capacidade para 35 alunos; um pátio de aproximadamente 260m²; banheiros para uso dos alunos (com 6 boxes cada) e 2 banheiros individuais para uso de funcionários; uma sala pequena para multiuso; uma sala de professores; uma cozinha pequena com depósito; uma sala conjugada para secretaria/direção/SOE, a qual funciona apenas no turno diurno (manhã e tarde). Devido ao espaço físico, não possui Educação Integral nem Sala de Recursos ou Bibliotecas; há apenas uma sala de informática, com apenas 10 computadores. A comunidade é predominantemente de baixa renda, famílias constituídas por pais, irmãos, tios, avós, cuidadores, entre outros. Normalmente, os adultos trabalham fora da cidade, 6 a 7 dias por semana, o que torna quase sempre difícil o acompanhamento constante e presencial deles nas atividades escolares. A autoavaliação da escola ocorre dentro de todos os espaços de avaliação, discussão e revisão das práticas com os alunos ao fim de cada bimestre.

Participaram dessa pesquisa como sujeitos ativos os diversos segmentos do conselho escolar (pais, professores e alunos) da Escola Cervo, situada no Paranoá – DF.

Para compreender o porquê das indagações e das inquietações mencionadas no problema de pesquisa, foram utilizados dois instrumentos de coleta de dados: o questionário e a análise documental. O primeiro pode ser definido como uma técnica de investigação social constituída por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. A escolha dessa ferramenta deveu-se à possibilidade de aplicação a vários atores e à obtenção de informações de cada um dos sujeitos no que diz respeito à participação dos pais no processo de Avaliação Institucional da escola Cervo. Este questionário foi composto por 10 (dez) perguntas fechadas, com 3 (três) alternativas cada uma para facilitar o trabalho do pesquisador e a tabulação, pois as respostas são mais objetivas.

O segundo procedimento de análise documental, constituído por PPP e atas dos Conselhos, pretendeu identificar, verificar e apreciar os documentos referentes ao assunto investigado.

Para Cellard (2012, p. 295), o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social e favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, mentalidades, práticas, etc. Assim se justifica a escolha da análise documental, por ser um procedimento que auxiliou na busca das informações ao problema questionado, pois foram verificados os documentos da escola Cervo, como o Projeto Político-Pedagógico – PPP e as atas dos conselhos escolares, com vistas à análise dos dados e à apreciação de quais estratégias são utilizadas para aproximar os pais do processo de Avaliação Institucional.

Após a aplicação do questionário e da verificação dos procedimentos adotados na escola quanto ao processo de avaliação institucional, por meio dos documentos fornecidos pela instituição, o pesquisador fez a análise dos dados obtidos e os confrontou com a realidade vivenciada, observando se as respostas às indagações foram convergentes ou divergentes no que concerne às práticas adotadas na escola para aproximar os pais do processo de Avaliação Institucional.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Consciente de que é por meio da avaliação que se podem rever as práticas e aperfeiçoá-las, a escola deve realizar o processo de Avaliação Institucional com a participação da comunidade escolar (pais, estudantes e professores). Esse é um dos princípios da Lei de Gestão Democrática – 4.751/12 para possibilitar o pertencimento desses atores na discussão a respeito do desempenho das atividades pedagógicas e convencê-los de que isso é um compromisso social em prol de melhorias na educação.

Desse modo, a pesquisa teve como eixo analisar como tem ocorrido a participação dos pais no processo de Avaliação Institucional da Escola Cervo e, para isso, fez-se necessária a apreciação de alguns documentos e a aplicação de questionário, para levantar alguns apontamentos esclarecedores a respeito de como acontece essa participação.

Foi empregada a análise documental do PPP e das Atas dos Conselhos de Classe do ano letivo de 2014, com a finalidade de compreender de que maneira esses documentos sinalizam essa participação, porque, de acordo com Sordi e Souza (2009, p. 167), “a participação deve ser colocada como uma meta estratégica em seu Projeto Político-Pedagógico construído coletivamente”. Assim, os pais, ao integrarem os processos, sentir-se-ão imersos no ambiente escolar e auxiliarão no desempenho do trabalho desenvolvido.

Em consonância com as autoras Sordi e Souza (2009), o Currículo em Movimento da Educação Básica afirma que:

Quando a Comunidade também se constitui como parte atuante da escola, com voz e participação na construção coletiva do PPP, surge o sentido de pertencimento, isto é, a escola passa a pertencer à comunidade que, por sua vez, passa a zelar com mais cuidado por ser patrimônio; a escola começa a sentir-se pertencente àquela comunidade e, então, começa a criar, planejar e respirar os projetos de interesse de sua gente, de sua realidade. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 27).

Para a participação efetiva dos pais, é necessário que eles tenham conhecimento a respeito do que seja a Avaliação Institucional e o que esta pode trazer em melhorias para a instituição. O instrumento auxiliar nesse processo é o PPP, o qual deverá dispor a respeito da concepção de avaliação institucional, com o fito de propiciar a familiaridade dos participantes com a temática proposta.

Verificou-se, no entanto, no PPP da escola, uma ênfase maior na concepção de avaliação para as aprendizagens, com foco na avaliação formativa e as implicações que esta pode trazer aos estudantes. Contudo menciona-se que a Avaliação Institucional ocorre com a presença de vários segmentos da comunidade escolar, tendo em vista a gestão democrática embasada nos documentos da SEEDF.

Observou-se, também, que, de acordo com o PPP da escola (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 5), “os pais possuem pouco conhecimento sobre as normas de gestão e participação coletiva na instituição educacional” e que são convocados com mais intensidade para a entrega de notas e boletins e para participarem das atividades culturais. Também não se observam registros a respeito da configuração da escola para a participação dos pais nas atas dos conselhos de classe. A escola iniciou o processo de conselho de classe participativo com a presença de professores, gestores, coordenadores, alunos e há esforços para que os pais também sejam partícipes desse processo, já que a escola prima pela gestão democrática, observando os dispositivos da Lei 4.751/12, Art. 35 § 1º, o qual afirma que:

O Conselho de Classe será composto por:

- I. Todos os docentes de cada turma e representante da equipe gestora, na condição de conselheiros natos.
- II. Representantes dos especialistas em educação.
- III. Representante da carreira Assistência à Educação.
- IV. Representantes dos pais ou responsáveis.
- V. Representante dos alunos a partir do 6º ano ou primeiro segmento da educação de jovens e adultos, escolhidos por seus pares, garantida a representatividade dos alunos de cada uma das turmas.
- VI. Representantes dos serviços de apoio especializado, em caso de turmas inclusivas. (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 11)

A observância dessa estrutura nos conselhos de classe proporcionará benefícios para a instituição, pois, ao ouvir opiniões dos mais diversos segmentos, sobretudo dos estudantes e dos pais, haverá avanços no ensino-aprendizagem e, conforme o Currículo em Movimento da Educação Básica (2014, p. 65), “a escola deve superar a postura passiva dos estudantes diante de práticas transmissíveis e reprodutivas de informações”. Ao agir dessa maneira, os discentes poderão refletir acerca da aprendizagem e os caminhos para o alcance da progressão do conhecimento, e os pais poderão contribuir no desenvolvimento desse processo. Essa configuração do Conselho auxiliará, segundo as Diretrizes de Avaliação

Educacional: Aprendizagem, institucional e em Larga Escala, não somente na avaliação das aprendizagens, mas também na autoavaliação escolar:

O Conselho de Classe bem conduzido favorecerá a articulação dos três níveis de avaliação (aprendizagem, institucional, redes ou em larga escala). Ao passo que apresenta e analisa os resultados ou desempenhos dos estudantes, servirá para que a escola se avalie e promova ações que reorientem seu trabalho pedagógico. (DISTRITO FEDERAL, 2014-2016, p. 47).

O PPP da Escola Cervo (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 9) reconhece que “o Conselho Escolar e as reuniões com os pais são imprescindíveis para a aproximação e um trabalho efetivo de parceria entre a escola e a comunidade”, embora não se verifique nas atas da escola pesquisada a visão desse órgão a respeito da participação dos pais no processo de Avaliação Institucional e, tampouco, estratégias para aproximá-los. Sabe-se quão importante é a mobilização da escola para inserir esses atores nos movimentos da instituição, pois as Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala reafirmam que:

A reflexão coletiva é imprescindível para que novas ações sejam estabelecidas em função da realidade e das necessidades de seus atores, de forma a promover as aprendizagens dos estudantes e dos profissionais que ali atuam. (DISTRITO FEDERAL, 2014-2016, p. 56).

Demonstrou-se no PPP da Escola Cervo a incipiência no que tange à realização da avaliação escolar com a participação dos pais, ao afirmar que:

A Avaliação Institucional será realizada semestralmente através de reunião, assembleia e encontros do Conselho Escolar, em que são apresentadas as impressões, discutidas e avaliadas coletivamente, vislumbrando o aperfeiçoamento das práticas democráticas. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 28).

Apesar de as políticas da SEEDF estabelecerem essa participação, tanto nas Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala (2014-2016) quanto no Currículo em Movimento, observou-se que ela ainda não existe efetivamente na Escola Cervo. O primeiro documento (2014-2016) salienta que a avaliação deve contemplar a análise do trabalho escolar nas diferentes dimensões; entre elas, destaca-se:

A gestão de pessoas. Abrange processos e práticas de gestão, visando ao envolvimento e compromisso das pessoas (professores e demais profissionais, pais, mães e estudantes) com o Projeto Político-Pedagógico da escola. (DISTRITO FEDERAL, 2014-2016, p. 58).

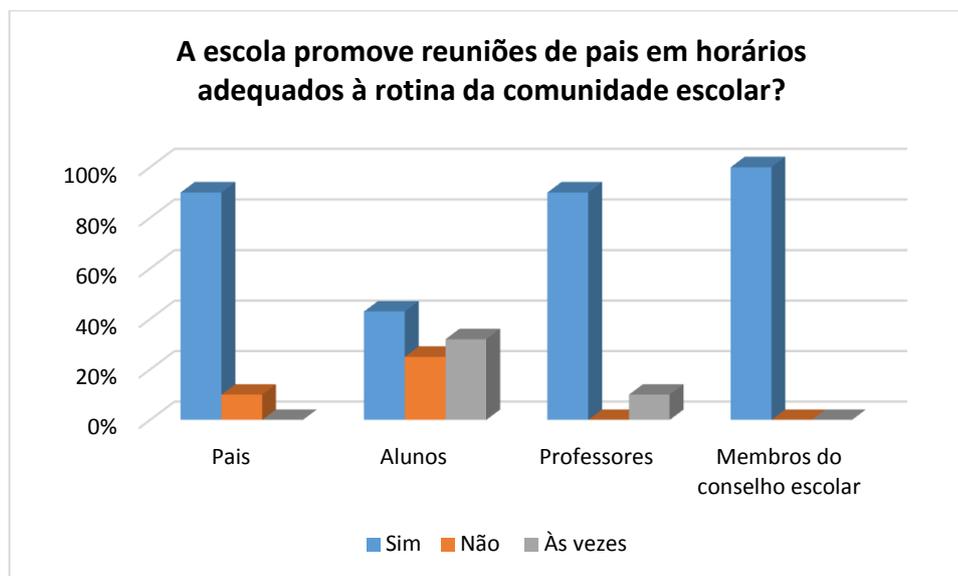
O Currículo em Movimento da Educação Básica (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 27) também destaca que “a comunidade deve ser participante ativa da construção do processo educacional”. O PPP da Escola (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 8) afirma que “deve haver a participação efetiva da família no cotidiano da escola, fomentando um ambiente agradável e norteador das práticas escolares e democráticas de avaliação e adequação às necessidades”. Assim, observou-se que há articulação entre as políticas da SEEDF e as contidas no PPP, no que tange à participação dos pais no processo de Avaliação Institucional; no entanto isso não acontece efetivamente na prática.

Comprovou-se a ineficácia da participação dos pais no processo avaliativo no questionário aplicado, no qual todos afirmaram não ter participado da autoavaliação da escola.

Infelizmente, na realização desta pesquisa, não se obteve um número expressivo de respostas, sobretudo dos pais, pois elas deveriam ser coletadas na Reunião de Pais; mas, devido à greve dos professores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, isso tornou-se impossível. Então, optou-se por entregar os questionários aos discentes para que eles levassem para casa e, em seguida, devolvessem à instituição com as devidas respostas dos pais/responsáveis. Tudo isso contribuiu para a redução da quantidade recebida: De 30 (trinta) alunos pesquisados, 28 (vinte e oito) responderam; de 30 (trinta) pais, apenas 3 (três) responderam; de 8 (oito) professores, apenas 05 (cinco) responderam; e de 4 (quatro) Membros do Conselho Escolar, 3 (três) colaboraram.

Apesar disso, as respostas foram valiosas para a verificação dos dados, pois, ao se analisar o PPP, observou-se a preocupação da escola quanto à realização de reuniões de pais em horários compatíveis com a disponibilidade das famílias, e isso também ficou evidente por meio das respostas da maioria dos atores envolvidos na pesquisa, o que é positivo, pois, segundo Sordi e Souza (2009, p. 164), “a questão do tempo é comumente apontada como sendo a grande vilã” da ausência de pais em reuniões escolares. Isso demonstra que a escola tem uma visão democrática e um olhar diferenciado para a comunidade escolar, corroborando com os ideais do PPP da Escola Cervo (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 9), o qual menciona a imprescindibilidade da reunião de pais para o bom andamento do trabalho escolar, conforme mostra a figura 1 a seguir:

Figura 1: Levantamento a respeito de horários de reuniões de pais compatíveis com a rotina da comunidade



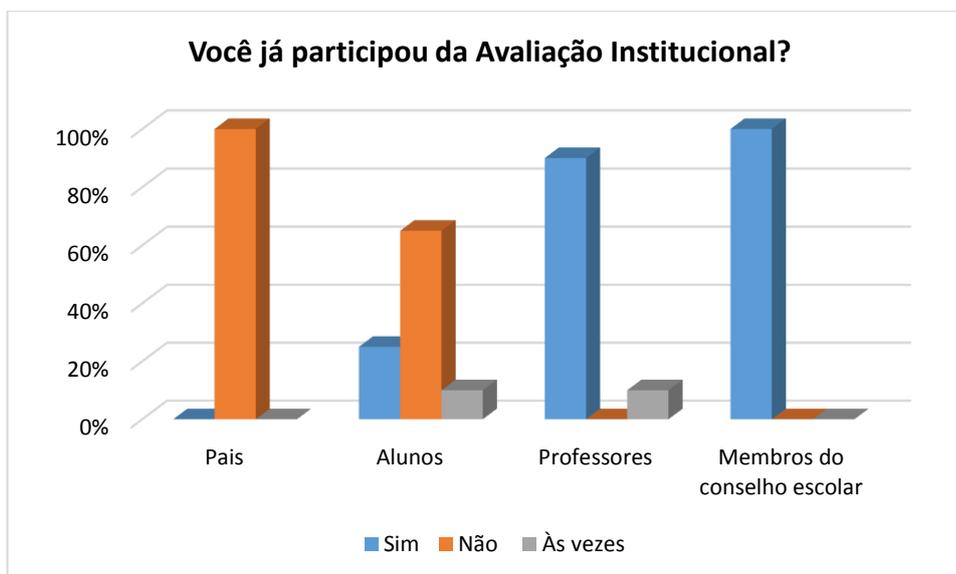
Para a melhoria na qualidade do ensino e do desempenho da instituição, é fundamental a presença efetiva dos pais na Avaliação Institucional da escola, com o fito de eles se apropriarem mais das atividades desenvolvidas no recinto escolar e, assim, as ações realizadas convergirem com os ideais da escola e o que se estabelece no PPP. Freitas et al. (2014, p. 35) afirmam que “a avaliação institucional da escola é um processo que envolve todos os seus atores, com vistas a negociar patamares adequados de aprimoramento, a partir dos problemas concretos vivenciados por ela” e, desses atores, os pais são fundamentais para o desenvolvimento da escola. Observou-se, no entanto, a ausência deles e a participação de apenas 25% de alunos, enquanto 90% dos docentes colaboraram na autoavaliação da escola (Figura 2). Esses dados foram relevantes para a confirmação das informações contidas nas atas, de que a avaliação institucional com a presença de pais ainda é incipiente, ou seja, não conseguiu atingir as metas desejadas para estar de acordo com o estabelecido nas Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala, a qual enfatiza que:

A avaliação do trabalho da escola ou sua autoavaliação é interna e permanente. Deve ocorrer com o envolvimento de todos os segmentos: famílias, estudantes, gestores, professores e demais profissionais da educação. (DISTRITO FEDERAL, 2014-2016, p. 59).

Desse modo, Sordi e Souza sugerem que:

Para conseguir a participação da comunidade, é necessário que condicionantes presentes na própria escola e nas condições de vida da comunidade, bem como aspectos culturais construídos pela sociedade, sejam superados. (2009, p. 161)

Figura 2: Levantamento a respeito da participação da avaliação institucional

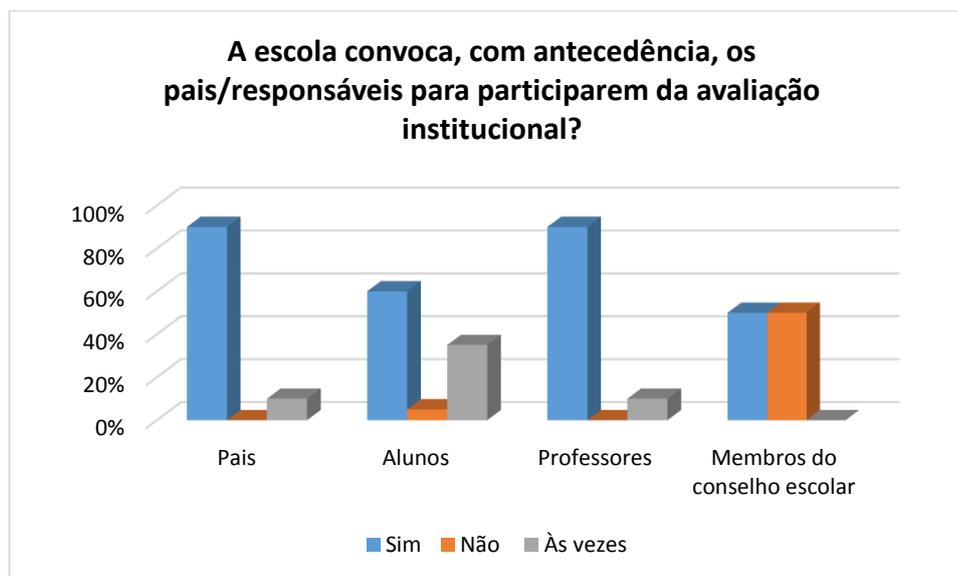


Fonte: Elaborado pela autora.

Verificou-se na figura seguinte a preocupação de a escola manter a comunidade informada dos acontecimentos da instituição com antecedência, mas constatou-se, na figura 2, que apenas informar as famílias acerca das atividades não é o suficiente para alcançá-las, pois é necessário explicar a relevância da Avaliação Institucional e mostrar que a opinião dos pais para a escola é uma forma de atingir melhores resultados no trabalho escolar.

Conforme afirmam Sordi e Souza (2009, p. 159), “para a consolidação da participação, é preciso considerar o modo como as pessoas pensam e agem”. A autora (2009, p. 178) também menciona que “cabe à escola a tarefa de recolocar aos pais a importância de sua participação e consolidar a presença deles para que se tenha uma participação efetiva” no processo de ensino-aprendizagem. Então, por não haver esse esclarecimento, e devido ao fato de os demais atores estarem mais envolvidos no processo educacional, observou-se mais a participação de alunos e professores na autoavaliação escolar. Assim, a figura 3 comprova o que se mencionou na figura anterior.

Figura 3: Levantamento a respeito da convocação, com antecedência, de pais/responsáveis para a Avaliação Institucional



Fonte: Elaborado pela autora

As informações retratadas nas figuras 4 e 5 ajudam a esclarecer o porquê de os pais não participarem da autoavaliação escolar, pois elas mostram, na opinião dos investigados, pontos convergentes de que não é constante o esclarecimento da relevância da AI para o progresso da escola e, em seguida, percebe-se a divergência das respostas com relação à discussão da temática. No segmento “pais”, 100% responderam que há discussões, enquanto não houve essa totalidade nos demais segmentos. Isso demonstra falhas na comunicação entre escola e famílias. Assim, a pouca atenção à explanação da relevância da Avaliação à comunidade pode ter ocasionado a falta de interesse dos pais em participar da Avaliação Institucional, porque, de acordo com Sordi e Souza:

Discutir a importância da implantação de avaliações institucionais nas escolas de Educação Básica a partir do princípio de autonomia que deve regê-las e do compromisso social que deve guiá-las é um compromisso de todos os que se interessam pela mudança da sociedade a partir da escola. (2009, p. 184).

Essa iniciativa fortalecerá a mobilização da comunidade no âmbito escolar, conforme apontam Sordi e Souza que:

O primeiro passo para uma instituição que pretende implantar a AI com a participação das famílias é discutir com elas suas atribuições, suas potencialidades e a melhor maneira de fazer-se representar nesse importante espaço educativo. (2009, p. 185).

Diante do exposto, foram observados, nas figuras 4 e 5, lapsos da instituição no que tange à implementação da Avaliação Institucional, o que corrobora para a inexistência de atas com propostas para inserir os pais no recinto escolar.

Como afirmam Freitas et al. (2014, p. 35), “pensar em avaliação institucional implica repensar o significado da participação dos diferentes atores na vida e no destino das escolas”. Esse repensar propicia a necessidade da comunicação a respeito da importância da Avaliação Institucional e o que ela pode promover de melhorias para a escola. No entanto, a figura 4 mostra que a comunicação não foi efetiva; e, segundo Sordi e Souza (2009, p. 166), “Deve haver a criação de uma política de escola para viabilizar os processos de Avaliação Institucional” e, assim, reduzir as lacunas no processo comunicativo.

Figura 4: Levantamento a respeito da comunicação aos pais acerca da importância da Avaliação Institucional



Fonte: Elaborado pela autora

A figura 5 demonstrou o que já foi mencionado e constatou a discrepância nas respostas dos interlocutores, o que, provavelmente, deveu-se à ausência de conhecimento a respeito da concepção de Avaliação Institucional entre os investigados. Assim, percebe-se que a comunicação e a discussão são imprescindíveis para a aquisição de conhecimento a respeito da Avaliação Institucional e para possibilitar a participação efetiva dos pais nesse processo.

Figura 5: Levantamento a respeito da ocorrência de debates e discussões acerca da avaliação institucional na escola



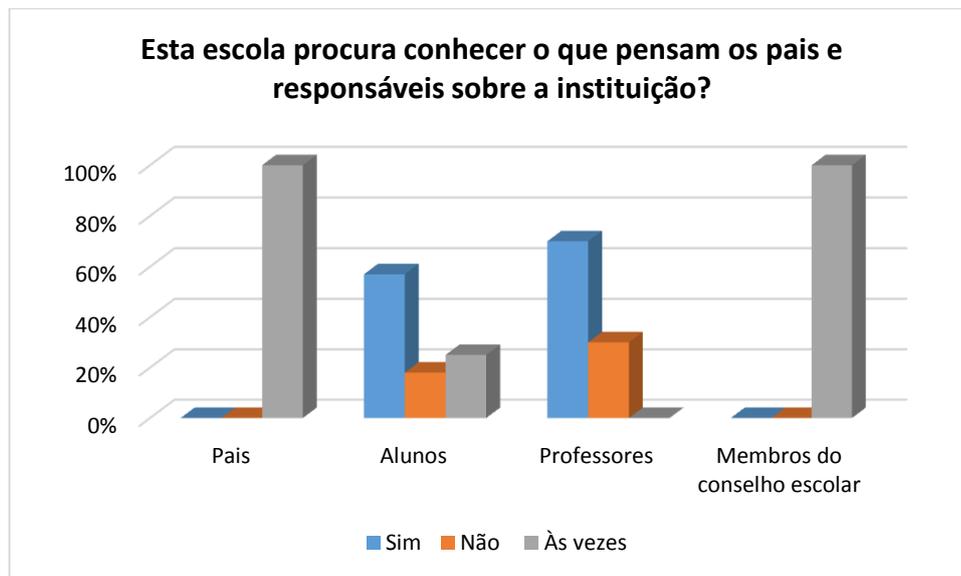
Fonte: Elaborado pela autora

Conforme os registros das figuras 6 e 7, pode-se verificar o início de uma gestão democrática na escola Cervo, porque, para os vários atores, às vezes, a escola procura conhecer o que pensam os pais a respeito da instituição e os envolve na tomada de decisões. Segundo Moraes:

As pessoas sentirão mais vontade de se engajar em uma iniciativa a partir do momento em que se veem como peças importantes ou dela coautoras. A capacidade do diálogo – exercida pelo expressar-se e ouvir o semelhante – passará a ser desenvolvida com vistas a favorecer uma intenção que é desejada pela maioria dos participantes. Quando tomados numa perspectiva de vivência democrática, conceitos como autoestima, respeito mútuo, responsabilidade e compromisso tendem a se fazerem presentes no processo. (2008, p. 51).

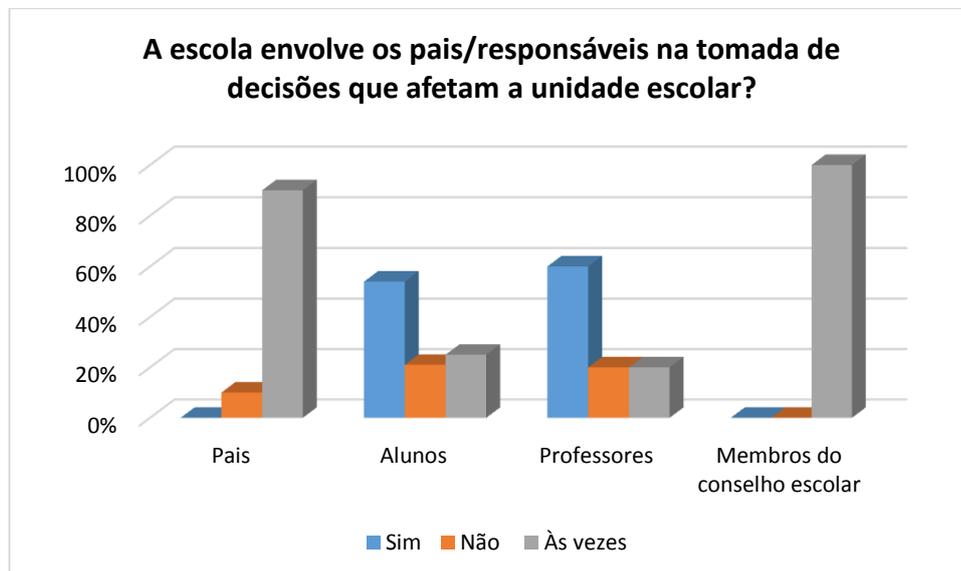
Notou-se que um pequeno passo foi dado para uma gestão democrática, participativa, na qual as ações não são fundamentadas apenas no conhecimento dos gestores, mas com base também no ponto de vista da comunidade escolar, na qual todos têm a oportunidade de falar e ser ouvidos, o que faz concretizar a gestão democrática concebida nos documentos da SEEDF.

Figura 6: Levantamento a respeito de como a escola procura conhecer o que pensam os pais e responsáveis acerca da instituição



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 7: Levantamento a respeito do envolvimento de pais/responsáveis na tomada de decisões que afetam a unidade escolar

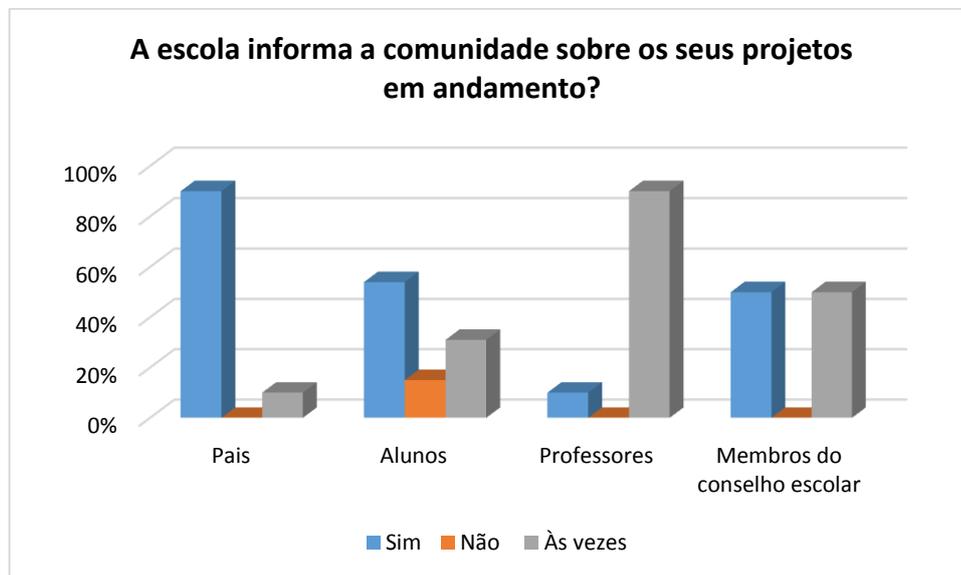


Fonte: Elaborado pela autora

A implementação da gestão participativa requer a observação dos princípios consagrados na Lei de Gestão Democrática - 4.751/12. Em seu Art. 2º, inciso VI, ela menciona que deve haver “a democratização das relações pedagógicas e de trabalho e criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado e à construção do conhecimento”. Assim, a escola deve manter as famílias a par dos projetos a serem

realizados. Com base nos dados da figura 8, no entanto, demonstrou-se o distanciamento entre os projetos da escola e a comunidade e, conseqüentemente, a fragilidade das ações democráticas. Isso se evidenciou também no PPP da escola Cervo (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 5), ao mencionar que “existe a presença de alguns responsáveis constantes no espaço escolar, atuando de forma crítica e participativa”. Notou-se que é pouco evidente a participação dos pais nas atividades do estabelecimento.

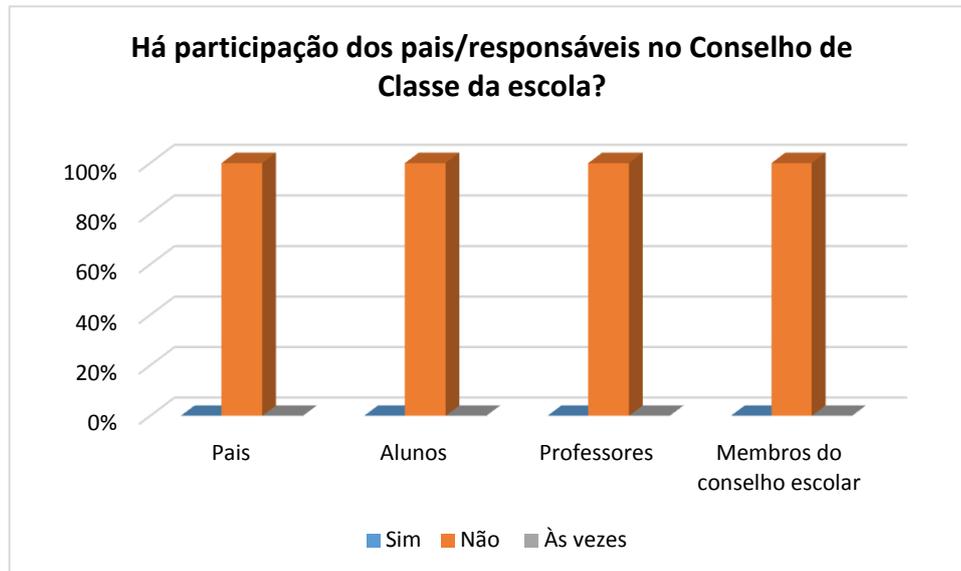
Figura 8: Levantamento a respeito da informação à comunidade acerca dos projetos em andamento na escola



Fonte: Elaborado pela autora

A unanimidade nas respostas relativas à figura 9 comprovou as causas da inexistência, nas atas do Conselho de Classe da escola, de observações quanto à participação de pais no encontro. A instituição aborda, no seu PPP (2014, p. 28), que “a escola fará um conselho, com a participação de toda a equipe pedagógica e com a participação dos alunos e comunidade escolar através de um pré-conselho, vislumbrando um conselho participativo”. Isso está em consonância ao que reza o Regimento Escolar da Rede Pública do Distrito Federal (2015, p. 24) em seu Art.30, o qual afirma que “O Conselho de Classe pode ser participativo, com a presença de todos os estudantes e professores de uma mesma turma, assim como das famílias e/ou dos responsáveis legais”. Entretanto, isso não acontece efetivamente, conforme demonstra a figura a seguir.

Figura 9: Levantamento a respeito da participação dos pais/responsáveis no Conselho de Classe da escola



Fonte: Elaborado pela autora

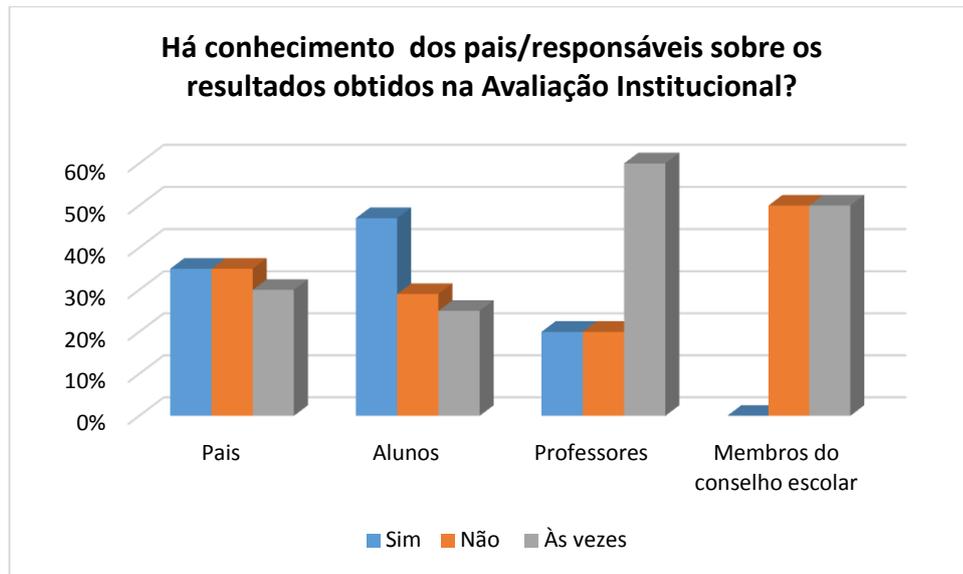
Os resultados apresentados na figura 10 de que, no máximo 50% dos investigados tiveram acesso aos resultados da Avaliação Institucional, confirmaram a falta de conhecimento dos partícipes a respeito do andamento das atividades escolares e da pouca comunicação entre escola e comunidade, sobretudo a respeito da autoavaliação escolar, como se verificou também nas atas e no PPP da escola.

Freitas et. al afirmam que:

A avaliação institucional é um processo de apropriação da escola pelos seus atores, não na visão liberal da “responsabilização” pelos resultados da escola como contraponto da desresponsabilização do Estado pela escola, mas no sentido de que seus atores têm um projeto e um compromisso social, em especial junto às classes populares e, portanto, necessitam, além deste seu compromisso, do compromisso do Estado em relação à educação. O apropriar-se dos problemas da escola inclui um apropriar-se para demandar do Estado as condições necessárias ao funcionamento dela. Mas inclui, igualmente, o compromisso dos que fazem a escola com os resultados dos seus alunos. (2014, p. 36).

Conforme mostra a figura 10, observou-se a falta de apropriação da maioria dos pesquisados em relação aos resultados da avaliação institucional:

Figura 10: Levantamento a respeito do conhecimento de pais/responsáveis acerca dos resultados da avaliação institucional



Fonte: Elaborado pela autora

Não basta apenas avaliar, é necessário que os resultados se tornem públicos e discutidos com os participantes do processo de Avaliação Institucional, sobretudo as famílias. Conforme declaram Sordi e Souza (2009, p. 182), “Nesse processo é esperado que a avaliação sirva para provocar transformações no espaço escolar, caso contrário ela não terá significado”. Assim, a escola poderá estabelecer novas metas propiciadoras de melhorias na qualidade do ensino e da instituição, pois quando os pais têm a oportunidade de participar dos processos de autoavaliação, eles podem estabelecer propostas capazes de ampliar o desenvolvimento das atividades da escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Avaliação Institucional é um processo relevante para promover melhorias na qualidade do ensino. Deve ser contínua e concomitante com a implantação da gestão democrática, sobretudo com a participação dos pais para que haja o avanço da instituição.

Então, ao reconhecer que os pais são atores essenciais para o bom andamento da escola, esta pesquisa buscou encontrar respostas para a inquietação no que tange à forma como acontece a participação dos pais no processo de Avaliação Institucional da escola Cervo.

Diante das análises realizadas por meio dos documentos e dos questionários, verificou-se que ainda é incipiente a presença dos pais na instituição, uma vez que só aparecem com frequência nas reuniões de pais e em alguns eventos promovidos pela instituição, apesar de esta focar o trabalho na gestão democrática.

Assim, mediante os procedimentos/instrumentos de pesquisa, percebeu-se que as estratégias para aproximar os pais foram ineficazes, tendo em vista a pouca frequência de debates e discussões para promover a conscientização e o conhecimento a respeito da concepção de Avaliação Institucional e o que isso pode acarretar de benefícios para a instituição. Essas restrições ao envolvimento dos pais no processo de avaliação da escola demonstram a fragilidade da instituição e a sua desarticulação com as Diretrizes de Avaliação da SEEDF e da Lei 4.751/12, que priorizam a gestão participativa na realização desse processo.

Foi possível constatar, também, a ausência de pais no processo de autoavaliação escolar, por meio de questionamentos feitos aos pais, alunos, professores e membros do conselho escolar. Ademais, notou-se um conhecimento reduzido dos vários segmentos do Conselho Escolar a respeito da participação dos pais no processo de Avaliação Institucional.

Vale ressaltar que alcançar esses resultados não foi fácil, pois foram muitas as adversidades encontradas durante a realização deste trabalho, tendo em vista o cenário histórico pelo qual se passava a Secretaria de Educação do Distrito Federal, pois o corpo docente encontrava-se em greve, o que ocasionou ansiedade, por receio de não concluir a pesquisa em tempo. No entanto, apesar de todos esses obstáculos, conseguiu-se a elucidação do problema investigado.

Como este trabalho foi fundamentado em documentos e autores renomados, com o objetivo de conhecer e refletir a respeito da coordenação pedagógica e da Avaliação Institucional participativa, estamos conscientes de que este conhecimento não será estanque e que pode ser verificável. Assim, esta pesquisa colabora com a ciência, bem como propicia aprendizado e conhecimento a respeito de como tem ocorrido a Avaliação Institucional e a participação dos pais nesse processo.

Esta investigação proporcionou um novo olhar sobre a realização da Avaliação Institucional e o entendimento de que as atividades desenvolvidas por meio dessa prática podem contribuir para alcançar o engajamento dos pais no âmbito escolar.

Então, para que se alcance a participação efetiva dos pais na Avaliação Institucional, é necessário que a escola promova reuniões e debates para conscientizá-los a respeito da relevância da Avaliação Institucional para a transformação da escola. Deve-se também mostrar que a participação deles nesse processo é de suma importância para os avanços na Instituição.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. INEP. **Sistema de Avaliação Básica – SAEB**. Brasília: INEP/ MEC, Disponível em: <<http://www.portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>>. Acesso em: 03 nov. 2011.
- CELLARD, André. **Análise documental**. In: POUPART, Jean. et.al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução: Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. (Coleção Sociologia)
- DISTRITO FEDERAL. SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica**: pressupostos teóricos. Brasília, DF, 2014.
- DISTRITO FEDERAL. SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes de Avaliação Educacional**: aprendizagem, institucional e em larga escala – 2014-2016. Brasília, DF.
- DISTRITO FEDERAL. LEI Nº 4.751 - **Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal** – 07 de fevereiro de 2012.
- DISTRITO FEDERAL. SEEDF- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Cervo**. [s.l.]. 2014.
- DISTRITO FEDERAL. SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Regimento Escolar da Rede Pública do Distrito Federal**, 6ª Ed. Brasília, 2015.
- FREITAS, Luiz Carlos de; SORDI, Maria Regina Lemes de; MALAVASI, Maria Márcia Sigrist; FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Avaliação Educacional: caminhando pela contramão**. 7ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E. P.U., 1986. In: GARNICO, A. V. M. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. Revista Interface – comunicação, saúde, educação, Botucatu, v.1, n.1, p.3, 1997.
- MORAES, Sandro Ricardo de. **Autoavaliação institucional numa escola pública básica da rede estadual de São Paulo**. Campinas: PUC - Campinas, 2008. 191 p.
- SORDI, Maria Regina Lemes de; SOUZA, Eliana da Silva. **A avaliação como instância mediadora da qualidade da escola pública**: a Rede Municipal de Campinas como espaço de aprendizagem: Secretaria de Educação de Campinas. São Paulo: Millennium, 2009.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto Político-Pedagógico da escola**: uma construção possível. 14ª edição Papirus, 2006.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

Este questionário integra uma pesquisa para a conclusão do curso de Especialização em Coordenação Pedagógica desenvolvido pela UnB e visa analisar como tem ocorrido a participação dos pais no processo de Avaliação Institucional da Escola Cervo.

Não é necessário se identificar ao preencher o questionário. As informações obtidas serão confidenciais, assegurando o sigilo acerca da sua participação.

Marque a sua resposta com um (X) na coluna correspondente.

IDENTIFICAÇÃO

() Pais () Responsáveis () Aluno(a) () Professor(a)

() Membro do Conselho Escolar

	QUESTÕES	SIM	NÃO	ÀS VEZES
1.	A escola promove reuniões de pais em horários adequados à rotina da comunidade escolar?			
2.	Você já participou da Avaliação Institucional da Escola?			
3.	A escola convoca, com antecedência, os pais / responsáveis para participarem da Avaliação Institucional?			
4.	A escola comunica aos pais a importância da avaliação institucional para a melhoria das atividades desenvolvidas?			
5.	Há debates e discussões a respeito da Avaliação Institucional para conscientizar os pais/responsáveis e a comunidade escolar sobre a relevância desse processo para melhorias da escola?			
6.	Esta escola procura conhecer o que pensam os pais e responsáveis sobre a instituição?			
7.	A escola envolve os pais/responsáveis na tomada de decisões que afetam a unidade escolar?			
8.	A escola informa a comunidade sobre os seus projetos em andamento?			
9.	Há participação dos pais/responsáveis no Conselho de Classe da escola?			
10.	Há conhecimento dos pais/responsáveis sobre os resultados obtidos na Avaliação Institucional?			

APÊNDICE B**ROTEIRO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL DA ESCOLA (CERVO – 2015)**

DOCUMENTOS	EIXOS NORTEADORES
Atas dos Conselhos de Classe	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégias utilizadas para aproximar os pais do processo de Avaliação Institucional. • Configuração da escola para a participação dos pais. • Visão dos membros do Conselho Escolar sobre a participação dos pais no processo de Avaliação Institucional.
Projeto Político-Pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de Avaliação Institucional empregada no PPP. • Visão do PPP sobre a participação dos pais no processo de Avaliação Institucional. • Articulação entre as políticas da SEEDF e as contidas no PPP quanto à participação dos pais no processo de Avaliação Institucional.

APÊNDICE C



Responsável pela pesquisa: RAIMUNDA MARLIR DE ALMEIDA BARROS.

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Eu, _____ diretor(a) responsável por esta unidade escolar, autorizo **RAIMUNDA MARLIR DE ALMEIDA BARROS** a realizar pesquisa nesta escola para a elaboração de seu trabalho de conclusão de curso de Especialização em Coordenação Pedagógica no corrente ano, desde que sejam esclarecidos aos participantes os objetivos e os procedimentos da pesquisa.

Será possibilitado à pesquisadora o acesso a esta instituição nos momentos de trabalho pedagógico, não sendo permitida a sua interferência no desenvolvimento das atividades sem que lhe seja solicitada.

Concordo com a publicação dos resultados da pesquisa em questão desde que não sejam utilizadas informações em prejuízo das pessoas envolvidas e/ou da instituição, bem como sejam mantidos o sigilo e o anonimato da escola e dos interlocutores, se assim desejarem.

Brasília, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do (a) Gestor (a) da Unidade Escolar